



Estado da Paraíba
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

PROJETO DE LEI N.º 1048/2022

INSTITUI RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA DECORRENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO QUE VISEM À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS E TERCEIRIZADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

AUTORA: A EXMA. SRA. VER. FABÍOLA REZENDE

RELATOR: O EXMO. SR. VER. BISPO JOSÉ LUIZ

PARECER N.º / 2022
I – RELATÓRIO

A Câmara Municipal de João Pessoa recebe em tramitação o presente **Projeto de Lei n.º 1048/2022**, de autoria da nobre Vereadora **FABÍOLA REZENDE**, que "INSTITUI RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA DECORRENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO QUE VISEM À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS E TERCEIRIZADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA."

A proposição em comento vem a esta douta Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, para análise e recebimento de competente **PARECER**.

É o RELATÓRIO.



Estado da Paraíba
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise instituir reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar a serem inseridos nos Editais de Licitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados, que devem conter cláusula estipulando a reserva de vagas para as citadas mulheres.

Aduz ainda o projeto de lei em análise que os contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados da Prefeitura Municipal de João Pessoa reservarão o percentual de 5% (cinco por cento) destas vagas, desde que o referido contrato envolva trinta ou mais trabalhadores, desde que atendida a qualificação profissional necessária.

E ainda, que tais empresas deste serviço de prestadoras de serviço continuados e terceirizados devem realizar processo seletivo para a contratação das trabalhadoras mediante acesso a cadastro mantido por instituições públicas parceiras e que devem ser encaminhados pela Secretaria determinada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

E para que haja seriedade no disposto na referida Lei, a identidade das trabalhadoras contratadas será mantida em pleno sigilo pela empresa contratante, sendo, pois, vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções na empresa, e, a obrigatoriedade do percentual disposto nesta lei não é cumulativo com outros percentuais previstos em lei.

Para implementar uma maior amplitude desta lei o que nela está disposto aplica-se as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para que seja cumprido o mesmo objeto, todos com aplicação de procedimentos após a publicação da presente lei.

Em caso de não preenchimento da contratação do percentual reservado por esta lei os órgãos a que estejam afetados por tais Editais formalizarão em documento próprio que houve a impossibilidade de contratação de mulheres e seu motivo, que deverá ser analisada e considerada cumprida a obrigação.

Este Relator ao analisar a proposição de autoria de nossa colega parlamentar, encontra guarida no supedâneo no art. 1º, Incisos IV a XI de nossa Carta Magna, que traz alusão à cidadania e os valores sociais do trabalho, com a finalidade de redução das desigualdades sociais e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



Estado da Paraíba
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Deste modo procura-se levar em consideração o que preconiza o art. 3º, caput e seus §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), verbis:

"LEI N.º 11.340, de 07 de agosto de 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput."

E, este Relator faz uma ênfase que a propositura em análise que vem acrescer maior amplitude ao que dispõe a Lei Municipal n.º 13.566/2019, que "Dispõe sobre a propositura do ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha no âmbito das escolas municipais de João Pessoa, dentre outras que já vigoram nesta Capital.

E em especial, depreendo que após todas os estudos atinentes à matéria em comento constata-se que não há vício de iniciativa do Projeto de Lei, pois, apenas institui reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar em editais de licitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional no Município e João Pessoa.

Até porque, é de inconstitucionalidade fro de pleno entendimento pelo STF que em análise profícua sobre o tema assim preconizou, verbis:



Estado da Paraíba
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

"STF

[...] padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos públicos, matéria afeta ao Chefe do Poder Executivo"(STF, 1ª Turma, rel. Min. Dias Tóffoli, RE n.º 505.476 Agr/SP, j. 21-8-2012).

E note-se: "No julgamento do ARE 878.911-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, em sede de repercussão geral, foi reafirmada a jurisprudência do STF no sentido de que somente não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico d servidores públicos" (STF, 1ª Turma, rel. Min. Roberto Barroso, RE n.º 1.104.765 AgR, j. 27/04/2018).

E este Relator se convence que o presente projeto de lei não criou verdadeira atribuição a órgão público, mas, um certo procedimento a ser observado com amplitude dentro do âmbito das atribuições preexistentes em que tais Editais dentro do serviço público municipal visem a cumprir o que está estatuído no caput, do art. 1º, do presente Projeto de Lei.

A proposição de cunho parlamentar se reveste de alto interesse público ao que se propõe, mas, deixando claro que a ingerência na política de valorização das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar deve sim, fazer parte da vida política, social e econômica de nosso Município, especialmente na confecção de leis que venham a corroborar com a legislação vigente no Brasil.

Em assim sendo, este Relator não encontra outra solução a não ser recomendar a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 1048/2022, de autoria da nobre colega parlamentar **VER. FABÍOLA REZENDE**, pelas razões aqui elencadas, salvo melhor juízo.

É assim como recomendo este VOTO.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa da Câmara Municipal de João Pessoa – Casa Napoleão Laureano, em João Pessoa, 08 de junho de 2022.


BISPO JOSÉ LUIZ
MEMBRO/RELATOR



Estado da Paraíba
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, reunida em sua plenitude, decide por acatar o **VOTO** emitido pelo Exmo. Sr. **RELATOR** ao **PROJETO DE LEI N.º 1048/2022**, de autoria da nobre Vereadora **FABÍOLA REZPENDE**, que “**INSTITUI RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA DECORRENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO QUE VISEM À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS E TERCEIRIZADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.**”

Portanto, reconhecendo sua constitucionalidade, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei em epígrafe, na conformidade das razões elencadas no **VOTO** do **EXMO. SR. RELATOR, VER. BISPO JOSÉ LUIZ**.

É O PARECER.

Sala de Reuniões da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, da Câmara Municipal de João Pessoa – “Casa Napoleão Laureano, em João Pessoa, 08 de junho de 2022.

ODON BEZERRA
PRESIDENTE

TANILSON SOARES
VICE-PRESIDENTE

BISPO JOSÉ LUIZ
MEMBRO/RELATOR

DURVAL FERREIRA
MEMBRO

CARLOS GUSTAVO – GUGA
MEMBRO

TARCÍSIO JARDIM
MEMBRO

THIAGO LUCENA
MEMBRO